



ARYELLA DE ASSIS BARROS

**DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA ENFRENTADAS
PELOS ESTUDANTES USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO CURSO DE DIREITO DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS
GERAIS**

**LAVRAS-MG
2021**

ARYELLA DE ASSIS BARROS

**DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES
USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CURSO DE DIREITO DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

**LAVRAS – MG
2021**

ARYELLA DE ASSIS BARROS

**DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES
USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CURSO DE DIREITO DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS GERAIS
PERMANENCY DIFFICULTIES FACED BY STUDENTS USING STUDENT
ASSISTANCE IN THE LAW COURSE OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION
IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 17 de novembro de 2021.
Dra. Nathália de Fátima Joaquim UFLA
Ma. Paula Pereira de Alvarenga UFLA

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

**LAVRAS – MG
2021**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o meu suporte e ter me auxiliado até aqui. A Ele toda a honra por chegar até aqui.

Aos meus pais por terem supridos as minhas necessidades materiais ao longo do curso.

Ao meu namorado, por estar presente e me incentivar sempre a continuar, e por sempre acreditar no meu potencial. Obrigada por me acompanhar durante toda a graduação.

Aos meus colegas de trabalho e chefes por me deixarem fazer entrevistas e reuniões no horário de trabalho.

À Nathália pela orientação, apoio e compreensão ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

A todos que de alguma forma me auxiliaram ao longo da graduação e na execução deste trabalho, obrigada.

RESUMO

O curso de Direito é considerado de grande prestígio social, principalmente por ter sido criado na época do Brasil Imperial. Na universidade estudada o curso foi criado a partir do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), sendo um curso noturno, que pretendia aumentar o acesso ao ensino superior. Estudantes da classe dominada passam a ter acesso ao ensino superior, ambiente que era diretamente ligado à classe dominante, principalmente no curso de Direito. Por isso, tem-se como objetivo de pesquisa entender as dificuldades dos estudantes classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a se entender como foi a inserção da classe dominada no ensino superior. Para isso, fez-se uso da pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso. O método utilizado na entrevista foi o método bola de neve, em que entrevistados indicam outros. Foram entrevistados estudantes do curso de Direito de uma instituição de ensino superior do Sul de Minas Gerais, buscando entender como a permanência pode ser afetada pelo capital cultural, pela violência simbólica e pela ideia de classe dominada que está atrelada às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A entrevista abordou aspectos relacionados à reprodução do sistema de ensino, à permanência material e à permanência simbólica. Pode-se perceber que entre os estudantes que não são usuários da assistência estudantil, as dificuldades relatadas estão mais relacionadas com os aspectos da permanência simbólica, enquanto as dificuldades relatadas pelos estudantes usuários da assistência estudantil estão mais relacionadas aos aspectos da permanência material. Por isso, universidade deveria se preocupar em proporcionar uma permanência simbólica de modo a viabilizar uma vivência que faça com que os estudantes se sintam pertencentes e não tão propensos a sofrerem com situações de discriminações, preconceitos, violências, assédios e sofrimentos mentais.

Palavras-chave: Permanência material, Permanência simbólica, Reprodução do sistema.

ABSTRACT

The Law course is considered to have great social prestige, mainly because it was created during Imperial Brazil. In the studied university, the course was created from REUNI (Restructuring and Expansion of Federal Universities), being an evening course, which intended to increase access to higher education. Students from the dominant class now have access to higher education, an environment that was directly linked to the dominant class, especially in the Law course. Therefore, the research objective is to understand the difficulties of students classified as in a situation of socioeconomic vulnerability, in order to understand how the insertion of the dominated class into higher education was. For this, qualitative research was used, through a case study. The method used in the interview was the snowball method, in which respondents indicate others. Law students from a higher education institution in the south of Minas Gerais were interviewed, seeking to understand how permanence can be affected by cultural capital, symbolic violence and the idea of a ruled class that is linked to people who are in a situation of socioeconomic vulnerability. The interview addressed aspects related to the reproduction of the education system, material permanence and symbolic permanence. Among students who are not users of student assistance, the difficulties reported are more related to aspects of symbolic permanence, while the difficulties reported by students using student assistance are more related to aspects of material permanence. Therefore, universities should be concerned with providing a symbolic permanence in order to enable an experience that makes students feel belonging and not so likely to suffer from situations of discrimination, prejudice, violence, harassment and mental suffering.

Keywords: Material permanence, Symbolic permanence, System reproduction.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Permanência.....	10
2.1.1	Permanência material.....	11
2.1.2	Permanência simbólica.....	13
2.2	Reprodução social e o sistema de ensino.....	14
2.2.1	Habitus e campo.....	14
2.2.2	Poder simbólico e violência simbólica.....	16
3	METODOLOGIA.....	19
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	21
4.1	Entrevistados.....	21
4.1.1	Entrevistados que não utilizam a assistência estudantil.....	21
4.1.2	Entrevistados que usuários da assistência estudantil.....	22
4.2	Categorias.....	23
4.2.1	Permanência material.....	24
4.2.2	Permanência simbólica.....	27
4.2.3	Reprodução do sistema de ensino.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE A.....	39

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho são abordados os conceitos de permanência, sendo este dividido em permanência material e simbólica, conforme definição de Santos (2009), de forma que se busque entender quais são as dificuldades enfrentadas pelos estudantes usuários da assistência estudantil do curso de Direito para permanecer no ensino superior. A escolha do curso de Direito deve-se ao fato do curso ser de grande prestígio social e por ser considerado como um curso imperial (VARGAS, 2010). Além disso, estudantes que fazem parte da classe dominada tendem a concorrer em cursos com menores prestígios sociais, visto que o curso de Direito está diretamente ligado à classe dominante o que mantém a ideia de que as profissões imperiais ainda existem no Brasil (VARGAS, 2010).

É importante desvelar as dificuldades enfrentadas por esses estudantes considerando-se que o curso de Direito da universidade estudada foi criado a partir do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que estruturou cursos noturnos com a ideia de aumentar o acesso ao ensino superior. Sendo o curso considerado um curso imperial por ter sido criado na época do Brasil Império. Entender quais são as dificuldades dos estudantes para permanecer no ensino superior ajuda a compreender se a expansão e criação dos cursos noturnos ajudou a classe dominada a estar no ensino superior ou se apenas aumentou a parcela da classe dominante.

Com isso, torna-se necessário entender quais são as dificuldades enfrentadas pelos estudantes usuários da assistência estudantil para permanecerem no curso, considerando aspectos materiais e simbólicos, tais como disponibilidade financeira e sentimento de pertencimento dentro da universidade. Além de se entender quais as dificuldades relacionadas à permanência material e simbólica, busca-se entender como a permanência pode ser afetada pelo capital cultural, pela violência simbólica e pela ideia de classe dominada que está atrelada aos estudantes usuários da assistência estudantil.

Considerando-se os pontos explicitados acima, teve-se como objetivo de pesquisa desvelar os desafios de permanência dos estudantes usuários da assistência estudantil que estão matriculados no curso de Direito em um Instituição de Ensino Superior localizada no sul de Minas Gerais. Além disso, o presente trabalho também teve como intuito comparar como os estudantes das classes dominadas e dominantes percebem os desafios relacionados à permanência no curso superior.

Para isso, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, baseada em um estudo de caso, de forma que seja possível compreender quais as dificuldades

enfrentadas pelos estudantes usuários da assistência estudantil. A obtenção de dados se deu por meio de entrevistas, que aconteceram por videochamada, devido a pandemia de Covid-19, sendo utilizado o método bola de neve para se chegar aos entrevistados e a análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo.

Além da introdução, o presente trabalho é composto por: referencial teórico, que trata dos conceitos de permanência material e simbólica, *habitus* e campo, poder e violência simbólica e capital cultural. Em seguida são apresentados os instrumentos metodológicos utilizados para a pesquisa, a análise dos dados coletados e as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Permanência

Costa (2017) afirma que historicamente a universidade brasileira é elitizada, se tornando acessível a camadas populares da sociedade somente a partir das mudanças na forma de ingresso e de políticas institucionais voltadas para a permanência implementadas pelo Estado, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 10 de setembro de 2004, pela Medida Provisória nº 213 (BRASIL, 2004) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi instituído em 24 de abril de 2007, pelo Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007).

Porém, é importante ponderar que, com a democratização do ensino superior, torna-se imprescindível a discussão sobre a permanência, bem como as iniciativas tomadas para que os estudantes permaneçam nas Instituições de Ensino Superior (COSTA, 2017).

Para Lewis (1986) a persistência está relacionada à permanência temporal. Para ele, algo persiste se e somente se, existe ao longo do tempo, possuindo aspectos temporais diferentes ou em tempos diferentes, ainda que esteja completamente presente em mais do que um momento temporal. Ou seja, a permanência está relacionada com o tempo e com a persistência, chegando à ideia de transformação (SANTOS, 2009).

Santos (2009) afirma ainda que a permanência está ligada a duração e transformação, sendo o ato de durar no tempo, através de uma concepção cronológica de tempo (dias, horas, semestres) e de uma concepção de espaço simbólico em que ocorrem diálogos, troca de experiências e uma transformação de todos os envolvidos. Essa transformação está relacionada, de acordo com Santos (2009), a estar e ser contínuo no fluxo do tempo, transformando as suas visões de mundo através do diálogo e das trocas.

Neste contexto, Reis e Tenório (2009) definem a permanência como o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares. Ou seja, permanecer não deve ser visto apenas como o simples ato de persistir apesar das adversidades, mas com pertencer, sentir que faz parte de algo (REIS E TENÓRIO, 2009).

Santos (2009) define que a permanência no contexto das universidades é tida como a possibilidade de se manter nos estudos até o final do curso. Este conceito será utilizado para desvelar as dificuldades de permanência dos estudantes usuários da assistência estudantil do curso de Direito. O conceito de permanência é dividido por Santos (2009) em permanência material e permanência simbólica, conceitos que serão definidos nos próximos tópicos.

Neste sentido, Costa (2017) afirma que é imprescindível que se discuta a permanência dos estudantes nas universidades, considerando-se que a democratização do acesso ao ensino superior contribuiu para que estudantes de camadas mais populares e com diferentes trajetórias educacionais ingressassem nas universidades. Porém, garantir o acesso não necessariamente irá garantir a permanência dos estudantes até o final do curso, visto que ao ingressarem, estes estudantes precisam lidar com outras variáveis relacionadas à permanência, como se o estudante precisa ou não trabalhar durante o dia para se manter no ensino superior, se possui tempo suficiente para as demandas do curso, se ele consegue ou não participar de atividades que o levaria ao sentimento de pertencer ao grupo (ZAGO, 2006).

Por isso, a assistência estudantil ocupa um papel importante no que se refere à questão da permanência de estudantes usuários da assistência estudantil. Para Assis et al. (2014) quando se concede acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a estudantes de camadas sociais em que se tem condições socioeconômicas desfavoráveis é fundamental que se tenham políticas eficientes de assistência estudantil.

A assistência estudantil foi estruturada pelo Governo Federal através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que criou estratégias que buscassem auxiliar os estudantes com iniciativas voltadas para moradia, alimentação, transporte, bolsas, entre outras. A assistência estudantil contribui, portanto, para a permanência material dos estudantes usuários da assistência estudantil, como será discutido no próximo tópico.

2.1.1 Permanência material

O conceito de permanência material está atrelado à satisfação das necessidades básicas, definida por Marx e Engels (2007) como o primeiro fato histórico, partindo-se do pressuposto de que para a produção da própria vida material é necessária a produção dos meios a fim de satisfazer essas necessidades.

De acordo com Galvão (2020) a permanência só é possível se as necessidades primárias (básicas) forem supridas, ou seja, é necessário que sejam atendidas as condições materiais de existência. Por isso, para que os estudantes possam permanecer na universidade estes aspectos materiais precisam estar garantidos. Para Araújo (2009) a alimentação, moradia e descanso são as necessidades relacionadas à sobrevivência e estão no topo das prioridades básicas do sujeito.

A respeito dessas necessidades,

(...) devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens

devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um tecto onde se abrigar, vestir-se, etc. (MARX e ENGELS, 2007, p. 53).

Neste sentido, a assistência estudantil de acordo com Costa (2017) ocupa um lugar central no processo de permanência dos estudantes usuários da assistência estudantil. Para Santos (2009) jovens de classes populares que ingressam nas universidades se preocupam com as despesas e em como viabilizar os custos, para reduzir tais inseguranças, cabe a assistência estudantil suprir essas necessidades.

Reis e Tenório (2009) consideram o ato de permanecer estudando algo que necessita de um complemento material, estes podem ser considerados como condições de subsistência. Por isso, a permanência material é um desafio para o estudante nas universidades, principalmente públicas, visto que é necessário que os estudantes comprem parte dos equipamentos e materiais didáticos, sendo algo consideravelmente mais difícil para os estudantes mais pobres, principalmente dos cursos que exigem equipamentos e materiais de alto custo, como os cursos de Medicina e Direito (REIS; TENÓRIO, 2009).

Com isso, estudantes usuários da assistência estudantil precisam encontrar formas para permanecer na universidade, é neste aspecto que segundo Costa (2017) a assistência estudantil dialoga com a permanência material, visto que as ações desta visam acompanhar as necessidades materiais dos estudantes, a partir da garantia de recursos mínimos como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros que os ajudem a prosseguir na universidade. Porém, a assistência estudantil deve garantir aos estudantes a permanência simbólica, garantindo que eles possuam um sentimento de pertencimento, indo além dos recursos materiais ou financeiros, como citado por Santos (2009).

De acordo com Santos (2009) os estudantes buscam estratégias para se manterem na universidade, através de recursos disponibilizados, como bolsas de monitoria e iniciação científica e utilização de livros da biblioteca. Além disso, as universidades disponibilizam recursos de assistência estudantil que auxiliam na permanência dos estudantes, como moradia, transporte e alimentação, sendo estes recursos importantes para que os estudantes usuários da assistência estudantil permaneçam no ensino superior.

A permanência material é, portanto, de grande importância para que os estudantes usuários da assistência estudantil possam concluir o curso de graduação, sendo esta fundamental para que os estudantes não precisem desempenhar funções precárias no mercado de trabalho, o que pode ser prejudicial ao seu processo de formação (SANTOS, 2009). Relacionado a isso, Santos (2009) afirma que alguns estudantes renunciam à vivência

acadêmica por completo para poder trabalhar e se manter no ensino superior e com isso, se sujeitam a um impacto no desempenho e na vida acadêmica, o que faz com que não tenham acesso à permanência simbólica, como será discutido no próximo tópico.

2.1.2 Permanência simbólica

A permanência simbólica está relacionada com o sentimento de pertencimento, com o sentir que faz parte de algo. Sendo que a situação de inadaptação, exclusão e discriminação podem impedir a permanência simbólica dos estudantes na universidade (SANTOS, 2009).

Para Lima (2016) a permanência simbólica possui certa ligação com a permanência material, mas o simbólico vai além, visto que precisa viabilizar a solidificação das diferentes identidades em ambientes de privilégio. Para Santos (2009) condições materiais são necessárias, mas também é necessário que haja um apoio pedagógico, uma valorização da autoestima, os referenciais docentes e ações relacionadas com as condições simbólicas da existência na universidade.

Santos (2009) considera que as diferenças nas estruturas sociais não devem ser medidas apenas pelos aspectos econômicos, pois existem as diferenças de tratamento, que tornam importantes as discussões acerca da permanência simbólica. Portanto, para assegurar a permanência dos estudantes nas universidades não é suficiente apenas ações relacionadas aos aspectos econômicos.

Por isso, Santos (2009) afirma que para garantir a permanência simbólica dos estudantes usuários da assistência estudantil, é necessário que o estudante participe de todas as atividades curriculares e extracurriculares, interaja em todos os momentos e viva a universidade de uma forma plena, podendo assim ter o sentimento de pertencer.

A maioria das universidades, de acordo com Lima (2016), estabelecem ações de assistência estudantil que garantem aos estudantes recursos financeiros, porém, deveriam se preocupar com outros aspectos relacionados à inclusão. Com relação a isso, Mayorga e Souza (2012) dizem que:

(...) a assistência estudantil não pode se resumir a uma ação direta para o estudante, como o repasse de verba, por exemplo, mas precisa se constituir como um conjunto de ações ampliadas que considere a especificidade do estudante que acessa a universidade e uma leitura sobre as dinâmicas de inclusão e exclusão dentro dessa instituição. (MAYORGA; SOUZA, 2012, p. 273)

A permanência simbólica detém um papel importante no que diz respeito à permanência de estudantes usuários da assistência estudantil nas universidades, pois, segundo Chaves (2018) o sentimento de não pertencimento pode influenciar na decisão de abandono do curso. O que torna importante o papel da universidade na criação de um ambiente em que se consiga garantir não só a permanência material, mas também a permanência simbólica (CHAVES, 2018).

Por isso, Costa (2017) define que as políticas de assistência estudantil não devem apenas atender às necessidades materiais dos estudantes, pois estas não vão garantir de fato que ele permaneça, tendo outros desafios a partir do momento em que deixa seu convívio familiar e ingressa na universidade. A mudança do ambiente familiar para o ambiente universitário é um fator que pode impactar na desistência do curso, especialmente nos casos em que o estudante pode adentrar em um ambiente hostil e competitivo ou mesmo a dificuldade de se adaptar a um ambiente em que não se sinta pertencente (COSTA, 2017).

Acerca do papel da assistência estudantil com relação à permanência simbólica, Garrido (2015) diz que:

Embora reconhecendo sua importância, entende-se a assistência estudantil para além de bolsas-auxílio e outros dispositivos de enfrentamento à escassez material, pois diversas ações podem vir a auxiliar os estudantes em suas inúmeras dificuldades: acolhimento, orientação, assistência psicopedagógica, dentre outras. Faz-se imperativo, portanto, o alargamento da compreensão do que são ações de assistência estudantil e qual o seu propósito. (GARRIDO, 2015, p.11).

Por isso, Costa (2017) diz que é preciso que as ações ultrapassem o auxílio financeiro, que é importante, porém, não garante ao estudante uma formação plena. É necessário, de acordo com Costa (2017) ações afirmativas e políticas de assistência estudantil que atendam a variadas necessidades dos estudantes, rompendo as barreiras que o impeçam de viver sua trajetória acadêmica. Por isso, nos próximos tópicos trataremos dos conceitos de Bourdieu, importantes para a discussão acerca da permanência.

2.2 Reprodução social e o sistema de ensino

2.2.1 *Habitus* e campo

O conceito de *habitus* para Bourdieu (1986) de acordo com Almeida (2005) está relacionado às exterioridades que são interiorizadas pelos indivíduos segundo a sua trajetória

social, sendo este formado através da socialização do indivíduo, o que envolve sua relação com familiares, com a escola, a religião, o trabalho e todos os outros meios que contribuem para a formação do indivíduo. Para Bourdieu (1986) o *habitus* não é imutável e pode sofrer alterações de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos.

Entender o conceito de *habitus* é importante para a análise das dificuldades encontradas pelos estudantes usuários da assistência estudantil, visto que o *habitus* pode influenciar na forma como estes estudantes se percebem perante os demais estudantes do curso. Bourdieu (2007) diz que o *habitus* é um meio de reprodução da existência de classes sociais, sendo assim utilizado pela classe dominante como uma forma de neutralização ou naturalização dessas diferenças.

Considerando o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (1998) no contexto de instituições de ensino, ele considera que a escola é a principal instituição que mantém os privilégios sociais, sendo responsável pela reprodução e legitimação das desigualdades sociais (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002). Em outras palavras, o *habitus* está diretamente relacionado com a reprodução de privilégios.

Para Bourdieu (1992, p. 101) “o *habitus* é uma subjetividade socializada”. De acordo com Setton (2002) o *habitus* é um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação segundo o que é experimentado e colocado em prática, tendo como base um *campo* que o estimula. Por isso, Bourdieu (1998) traz o conceito de *campo* e o relaciona com o *habitus* dos indivíduos, conceito este que será apresentado a seguir.

Almeida (2005) afirma, a partir de Bourdieu (1998) que o conceito de *campo* se apoia em uma situação social em que os indivíduos realizam a sua prática de acordo com seu *habitus*. Em geral, o *campo* é marcado por indivíduos que possuem o mesmo *habitus*, sendo o acúmulo de capital fator determinante para se saber se o indivíduo é dominante ou dominado (ALMEIDA, 2005).

Para Bourdieu (1998) o *campo* é um espaço em que dominantes e dominados lutam pela manutenção e obtenção de determinados postos sociais. Com relação a isso, Bourdieu (1984, p. 114) diz que:

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo.

Segundo Thiry-Cherques (2006) para Bourdieu (1996) o campo pode ser visto como um “campo de forças” que é uma estrutura que constrange os indivíduos que estão envolvidos, e pode ser visto também como um “campo de lutas” em que os indivíduos envolvidos atuam de acordo com suas posições relativas ao campo de forças, podendo conservar ou transformar a sua estrutura.

Neste sentido, Almeida (2005) afirma que o capital cultural é um fator que interfere na posição dos indivíduos no campo, correspondendo às qualificações intelectuais que são transferidas pela família ou por instituições, como a escola. Com isso, Bourdieu (1998) identifica a escola como um instrumento ideológico, sendo uma instituição essencial para a reprodução social (ALMEIDA, 2005).

Considerando que a escola tem um papel fundamental quanto à reprodução das desigualdades sociais, assim como na determinação daqueles que são dominantes e dominados, torna-se necessário o entendimento dos conceitos violência simbólica e poder simbólico, vivenciados no interior das instituições, em especial, no sistema de ensino.

2.2.2 Poder simbólico e violência simbólica

O conceito de poder simbólico e violência simbólica é importante para entender como os estudantes usuários da assistência estudantil do curso de Direito se sentem em relação às relações de poder que existem no sistema de ensino, podendo ou não se perceberem como indivíduos dominados. De acordo com Souza (2014) o poder simbólico é para Bourdieu (1989) um poder oculto, que não se mostra como poder e que não aparenta ser um meio de coerção, ou seja, um poder em que o indivíduo não sabe ou não se percebe como dominado. Bourdieu (1989) define como “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Partindo das definições de sistemas simbólicos, Souza (2014) diz que as estruturas sociais são instrumentos de dominação, e que a partir delas são impostas ideologias àqueles da classe dominada. Com isso é naturalizada a cultura de dominação de acordo com o *habitus* de cada um (SOUZA, 2014). A violência simbólica é exercida a partir do poder simbólico, como define Bourdieu (1989, p. 11):

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)

dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados.

Neste contexto, cabe destacar que, para Bourdieu e Passeron (1975, p. 20), “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário”. Stoer (2008) diz que toda ação pedagógica é responsável pela reprodução das classes dominantes ou dominadas, e estas são institucionalizadas pela escola, que reproduz a cultura dominante e a estrutura de relações de força na formação social, sendo assim, o sistema de educação domina a violência simbólica legítima, ou seja, executa a violência simbólica de forma que esta pareça normal para aqueles que a sofrem.

De acordo com Almeida (2005) ao se referir ao processo de reprodução social, Bourdieu (1998) deixa claro que o processo não acontece somente sob a forma de coerção, podendo ser instaurado, buscado e vivenciado sem que haja o consentimento dos indivíduos envolvidos. Por isso, dominados e dominantes ficam envolvidos de forma a consentir a dominação, sendo que esta não passa pela consciência, o que leva à ocultação da violência simbólica (ALMEIDA, 2005). Esta ideia leva os estudantes da classe dominada a terem dificuldades em permanecer no curso, visto que não se percebem dominados pelos outros.

Brandt (2014) diz que a classe dominante determina o que é importante, impondo sua cultura às classes desfavorecidas, sendo esta violência simbólica compreendida como um meio de dominação e exclusão social. Por isso, a violência simbólica é tida como doce e mascarada, sendo exercida com a cumplicidade daquele que a sofre, estando presente no discurso do mestre, na autoridade burocrática e no discurso do intelectual (THIRY-CHERQUES, 2005).

Com relação à violência simbólica, Bourdieu (1998, p. 53) define:

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece a todo o sistema escolar é injusta de fato, em que, em toda a sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios.

Neste sentido, Nogueira e Nogueira (2002) dizem que a escola pode exercer funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais livre de qualquer suspeita, uma vez que é reconhecida como legítima, não arbitrária e socialmente neutra, por meio da violência simbólica. Para Santos (2012) esta violência se mostra nas relações de poder, dentro das escolas, através da violência verbal entre alunos e professores, na discriminação indireta de gêneros e

raça, entre outras que descrevem o processo que a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados.

Para Silva (2020) as universidades podem ser consideradas como espaços ocupados pelas elites, sendo esta detentora do capital econômico, social e cultural, de forma que os mais ricos utilizam das universidades para legitimar a posição social e ampliar o poder que exercem na sociedade. Por isso, é importante entender como os estudantes usuários da assistência estudantil percebem estes conceitos na prática e como eles podem influenciar na permanência destes estudantes no curso de Direito.

3 METODOLOGIA

Considerando-se que o objetivo do presente trabalho é desvelar os desafios da permanência dos estudantes usuários da assistência estudantil matriculados no curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa. Neste sentido é importante destacar que a pesquisa de natureza qualitativa envolve a obtenção de dados sobre pessoas e processos interativos através do contato direto do pesquisador com a situação estudada, buscando compreender o fenômeno estudado segundo a perspectiva dos envolvidos (GODOY, 1995).

O trabalho de natureza qualitativa é importante para que se tenha um contato direto com os envolvidos (SANTOS, 2017) e para que se estude o processo social de forma que seja possível entender o problema e o contexto através de uma relação próxima e compreensiva com o objeto de estudo (NEVES, 1996). É, portanto, a opção escolhida para este trabalho visando entender o problema da pesquisa de acordo com a percepção dos estudantes.

Quanto ao método, este trabalho se caracteriza como um estudo de caso. De acordo com Yin (2001) o estudo de caso é utilizado na busca pela compreensão de fenômenos sociais complexos, ou seja, a investigação de eventos significativos da vida real. Por isto, o presente estudo baseia-se no fato de que o curso de Direito ser considerado um curso de alto prestígio social, sendo definido como um curso imperial em que tem um perfil elitizado dos estudantes e profissionais (VARGAS, 2010) e tem-se aqui o intuito de compreender o fenômeno da permanência de estudantes usuários da assistência estudantil em tal contexto.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, que foram realizadas por videochamada, tendo em vista o contexto de pandemia de COVID-19 vivenciado na atualidade. Optou-se por um roteiro de entrevistas semiestruturado (APÊNDICE A) com o intuito de se alcançar respostas mais completas e que o entrevistado se sentisse à vontade como se fosse uma conversa informal. Foram entrevistados dezesseis estudantes, sendo oito usuários da assistência estudantil e oito não usuários da assistência estudantil. O método utilizado para se chegar aos entrevistados foi o método bola de neve, em que os entrevistados iniciais indicam outros para serem entrevistados e assim vão sendo indicados até que se alcance o ponto de saturação (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo que de acordo com Bardin (1977) é uma técnica de análise das comunicações, em que se analisa o que foi dito nas entrevistas. Para Bauer e Gaskell (2010) a análise de conteúdo tem como intuito a produção de inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva. A análise de conteúdo será

realizada em três fases, sendo elas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (SILVA E FOSSÁ, 2015).

A fase de pré-análise foi desenvolvida com o intuito de sistematizar as ideias iniciais e organizar o material a ser estudado (SILVA E FOSSÁ, 2015). Na fase de exploração do material, ocorreu o agrupamento das informações em categorias, que irão auxiliar na compreensão do que foi dito (SILVA E FOSSÁ, 2015). Neste trabalho as categorias de análise definidas a posteriori são a permanência material, permanência simbólica e reprodução do sistema de ensino observada nos estudantes usuários e não usuários da assistência do curso de Direito da Instituição de Ensino Superior.

A categoria de permanência material refere-se às dificuldades encontradas pelos estudantes usuários e não usuários da assistência estudantil para se manterem no curso e qual o papel desta na sua permanência. A categoria de permanência simbólica refere-se ao sentimento de pertencimento dos estudantes usuários e não usuários da assistência estudantil do curso de Direito, buscando entender como eles se sentem com relação às diferenças de tratamento, reconhecimento e outros aspectos relacionados aos conceitos de Bourdieu (1986) apresentados no referencial teórico. A categoria de reprodução do sistema de ensino refere-se às motivações que levaram os estudantes a escolherem o curso de Direito, além de suas perspectivas acerca do mercado de trabalho e da importância da conclusão do curso para eles e suas famílias e como o capital cultural influencia nestas escolhas e perspectivas.

Na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação realiza-se uma análise comparativa entre as categorias de análise definidas, de forma que se destaque as semelhanças e diferenças encontradas (SILVA E FOSSÁ, 2015). Com isso, os tópicos seguintes trarão os resultados das análises dos dados coletados durante a pesquisa e a conclusão acerca dos tópicos estudados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Entrevistados

Neste tópico serão apresentados os estudantes que foram entrevistados para a realização da pesquisa, sendo estes nomeados de forma fictícia para que se mantenha o anonimato. Todos os nomes dados são nomes de advogados famosos e influentes no Brasil. Os entrevistados serão separados de acordo com o grupo em que se encontram, sendo estes grupos dos que não utilizam a assistência estudantil e os que utilizam a assistência estudantil.

4.1.1 Entrevistados que não utilizam a assistência estudantil

Foram entrevistados oito estudantes do curso de Direito que não se enquadram como usuários da assistência estudantil, sendo eles:

Márcio: o entrevistado é um homem, negro e está no décimo primeiro período do curso de Direito, não é cotista. Estudou parte do ensino fundamental em escola pública e a partir da 6ª série passou a estudar em escola particular, algo visto com investimento pelos pais. Não acredita ter sofrido discriminação quanto a classe social e acredita que o curso é elitista, sendo a maioria das pessoas com uma boa condição financeira.

Francisco: o entrevistado é um homem, branco e está no sexto período do curso de Direito. Sempre frequentou escola particular, nunca percebeu nenhum tipo de discriminação e acredita que o curso de Direito atualmente não é elitista, pelo que percebeu ao longo do curso.

Arnoldo: o entrevistado é um homem, branco e está no sexto período do curso de Direito. Estudou o ensino fundamental em escola pública e o ensino médio em escola particular, não acredita ter sofrido discriminação, é um estudante trabalhador e acredita que o curso de Direito é elitista, mas que isso nunca o afetou de forma direta.

Ana: a entrevistada é uma mulher, negra, cotista e está no sétimo período do curso de Direito. Estudou em escola militar durante todo o período escolar, acredita ter sofrido uma discriminação por causa sentimento de que o conhecimento adquirido no ensino básico é defasado em relação aos colegas. Acredita que o curso é elitista, sendo isto algo que dificulta o relacionamento com os colegas.

Jessica: a entrevistada é uma mulher, branca e está no décimo primeiro período do curso de Direito. Estudou em escola pública durante todo o período escolar e não sentiu

discriminação, apenas sentiu um conhecimento de ensino básico defasado em relação aos colegas. Acredita que o curso é elitista, mas que isso tem diminuído ao longo dos anos.

Jairo: o entrevistado é um homem, branco e está no décimo período do curso de Direito. Sempre estudou em escola particular e não acredita ter sofrido nenhum tipo de discriminação na universidade. Considera o curso elitista, mas não acredita que isso o afetou de alguma forma.

Édis: o entrevistado é um homem, branco e está no sexto período do curso de Direito. Sempre estudou em escola particular e não percebeu nenhum tipo de discriminação na universidade. Considera o curso elitista, mas acredita que no Brasil esteja melhorando e se tornando menos elitista.

Mariana: a entrevistada é uma mulher, branca e está no décimo primeiro período do curso de Direito. Sempre estudou em escola particular e não acredita ter sofrido nenhum tipo de discriminação na universidade. Considera o curso elitista e acredita que apenas afeta na escolha de colegas com quem queria se relacionar ou não.

No próximo tópico serão apresentados os entrevistados que são usuários da assistência estudantil.

4.1.2 Entrevistados usuários da assistência estudantil

Foram entrevistados oito estudantes do curso de Direito que se enquadram como usuários da assistência estudantil, sendo eles:

Paula: a entrevistada é uma mulher, branca e está no 8º período do curso de Direito. Estudou em escola pública durante todo o período escolar e acredita ter sofrido discriminação de forma velada, principalmente por morar no alojamento estudantil. Considera o curso muito elitista e acredita que isso interfere na criação de laços com os demais estudantes.

Andressa: a entrevista é uma mulher, branca e está no 7º período do curso de Direito. Estudou em escola pública durante todo o período escolar e não acredita ter sofrido discriminações na universidade. Considera o curso elitista principalmente por a maioria das vagas serem destinadas a candidatos da ampla concorrência, mas não acredita que a impactou.

Ane: a entrevistada é uma mulher trans, negra, cotista e está no 11º período do curso de Direito. Estudou em escola pública durante o ensino fundamental e durante o ensino médio em Instituto Federal, acredita ter sofrido discriminação no começo do curso por ser cotista, de raça e classe e que no início parecia que as pessoas acreditavam que a vaga não deveria pertencer a ela. Considera o curso muito elitista, em que a maioria é de classe média/alta, acredita que isso a impactou de forma negativa, dando a ela a sensação de não pertencer à universidade.

Gislaine: a entrevistada é uma mulher, branca e está no 6º período do curso de Direito. Estudou em escola pública durante o ensino fundamental e durante o ensino médio em Instituto Federal, acredita não ter sofrido discriminação de forma direta. Considera o curso elitista, principalmente pela diferença quanto a questão financeira dela em relação aos colegas, acredita que isso a impactou de forma negativa por não ter certeza de ser encaixar na universidade.

Marcelo: o entrevistado é um homem, negro e está 11º período do curso de Direito. Estudou durante todo o período escolar em escola pública e não acredita ter sofrido nenhum tipo de discriminação na universidade. Considera o curso elitista e acredita que isso o impactou por conviver com realidades muito diferentes.

Laura: a entrevistada é uma mulher, negra e está no 11º período do curso de Direito. Estudou durante todo o período escolar em escola pública e acredita que ocorrem discriminações em diversos momentos na universidade. Considera o curso elitista e acredita que seja um paradigma a ser quebrado.

Antônio: o entrevistado é um homem, branco e está no 7º período do curso de Direito. Estudou durante todo o período escolar em escola pública e acredita ter sofrido discriminação de forma velada. Considera o curso elitista e acredita que isso impactou mais na diferença intelectual com os colegas.

Luana: a entrevistada é uma mulher, branca e está no 9º do curso de Direito. Estudou durante o ensino fundamental em escola pública e no ensino médio em escola particular, não acredita ter sofrido nenhum tipo de discriminação. Considera o curso elitista e acredita que isso está relacionado ao fato de a maioria dos estudantes possuírem condições financeiras melhores.

A partir das entrevistas realizadas, as respostas de cada grupo de entrevistados foram separadas em categorias e temas, de forma que fossem realizadas as análises por categorias. No próximo tópico serão apresentadas as categorias e temas, além da discussão dos resultados a partir da análise de cada categoria.

4.2 Categorias

Para realizar a discussão dos resultados encontrados durante as entrevistas, os tópicos serão divididos em categorias que tratam de temas apresentados pelos entrevistados, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 4.1 – Categorias de análises das entrevistas.

CATEGORIA	GRUPO	TEMAS
Permanência Material	Estudantes que não são usuários da assistência estudantil	Trabalhar e estudar, alimentação, transporte.
	Estudantes que são usuários da assistência estudantil	Moradia, questões financeiras, transporte, alimentação e vestimenta.
Permanência Simbólica	Estudantes que não são usuários da assistência estudantil	Discriminação, capital cultural e econômico, diferença intelectual, pertencimento.
	Estudantes que são usuários da assistência estudantil	Discriminação, capital cultural e econômico, identificação de grupos, pertencimento, diferença intelectual.
Reprodução do Sistema de Ensino	Estudantes que não são usuários da assistência estudantil	Status, influência familiar, mercado de trabalho, identificação, causas sociais, importância da conclusão do curso.
	Estudantes que são usuários da assistência estudantil	Mercado de trabalho, ajudar as pessoas, transformação social, senso de justiça, identificação, importância da conclusão do curso.

Com as categorias e temas separados para cada grupo, parte-se, no próximo tópico, para a análise dos dados da primeira categoria, analisando as respostas dos entrevistados que remetem à permanência material e como isso está relacionado à permanência dos estudantes que não são usuários da assistência estudantil e dos que são usuários da assistência estudantil.

4.2.1 Permanência material

A primeira categoria a ser analisada está relacionada com os fatores materiais que influenciam na permanência dos entrevistados no curso, buscando-se entender as dificuldades relacionadas ao trabalho, questões financeiras, de moradia, transporte e vestimenta destes estudantes, definida por Santos (2009) como permanência material, que seriam os complementos materiais necessários para que os estudantes permaneçam na universidade.

No que se refere a esta categoria, os entrevistados foram questionados sobre a necessidade de trabalharem para se manter na universidade, sendo que os oito entrevistados que não são usuários da assistência estudantil disseram não precisar trabalhar para se manter na

universidade, principalmente por ter apoio financeiro dos pais. Destes, quatro fazem estágios apenas para gastos pessoais, por gostarem de atuar na área e para ganharem experiência, o que, segundo Santos (2009) contribui para o processo de formação visto que as tarefas realizadas no estágio se relacionam com a área de estudos.

Já com relação aos estudantes usuários da assistência estudantil, dos oito entrevistados apenas dois trabalham para se manter na universidade, sendo que Paula precisou começar a trabalhar como garçomete e em alguns trabalhos informais devido à pandemia do Covid-19 e Marcelo trabalha em um fórum para garantir o seu sustento. De acordo com Santos (2009) para os estudantes que precisam trabalhar e estudar, trata-se de renunciar à vivência acadêmica por completo para que possa se manter no ensino superior, o que gera um impacto no desempenho e na vida acadêmica do estudante.

Os demais entrevistados responderam que não trabalham, mas que precisam do apoio dos auxílios financeiros, como as bolsas institucionais que são fornecidas pela universidade, do apoio dos pais ou de trabalhos informais, Luana faz estágio para complementar a renda. Mesmo sendo com cargas horárias menores, as bolsas, estágios e trabalhos informais podem trazer algum impacto no desempenho acadêmico, como citado por Santos (2009).

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para permanecer na universidade, no que tange aspectos materiais, nenhum dos estudantes que não são usuários da assistência estudantil disse ter dificuldades relacionadas aos aspectos financeiros, de moradia, alimentação, entre outros. Já entre os estudantes usuários da assistência estudantil, Andressa, Ane e Marcelo consideram ter dificuldades para permanecer relacionadas a aspectos financeiros.

Para Ane esta dificuldade está relacionada com o fato de depender da bolsa ofertada pela universidade para se manter no curso, principalmente por não ter apoio financeiro dos pais e para Marcelo a maior dificuldade enfrentada é financeira, além da falta de tempo para se dedicar mais ao curso, por trabalhar para garantir a sua permanência, o que, de acordo com Oliveira e Ciampone (2006) é uma dificuldade relacionada ao estudante que precisa trabalhar e estudar, principalmente por ter que lidar com o cansaço físico e mental, a falta de tempo para relações sociais e para se dedicar aos estudos, além de outras dificuldades que o trabalhador-estudante enfrenta. Os demais entrevistados não relataram terem dificuldades com relação aos aspectos materiais.

Com relação a importância da assistência estudantil, Gislaine disse que:

Com relação a moradia, o alojamento estudantil me auxilia muito, o restaurante universitário também, por almoçar e jantar lá, e só de tirar esses

gastos já ajuda muito, sem esses auxílios, muito pouco provável que eu estivesse no curso.

Para cinco dos entrevistados usuários da assistência estudantil os recursos materiais oferecidos pela universidade são importantes para que eles permaneçam no curso, sendo a moradia estudantil, o restaurante universitário e os auxílios financeiros – como as bolsas institucionais e o subsídio no valor do restaurante universitário – os mais importantes para eles. Sobre isso, Ganam e Pinezi (2021) dizem que a assistência estudantil está vinculada às necessidades materiais dos estudantes, sendo que esta cria uma possibilidade de que os estudantes não precisem se preocupar com gastos cotidianos, como moradia, alimentação, transporte e outras despesas geradas na universidade.

Com relação à utilização dos recursos ofertados pela assistência estudantil entre os estudantes que não são usuários da assistência estudantil, Arnaldo utiliza o transporte interno e o restaurante universitário e Mariana além destes, faz uso do núcleo de saúde da universidade. Já para os estudantes usuários da assistência estudantil, os auxílios fornecidos pela universidade são considerados essenciais para se manterem no curso. Ane respondeu que utiliza desde o início do curso o restaurante universitário, a moradia estudantil e a bolsa oferecida pela universidade e complementa dizendo “fico muito feliz em ver como a assistência estudantil auxilia na permanência do estudante usuário da assistência estudantil dentro da universidade.” Para Gislaíne, a assistência estudantil é “essencial, e não estaria no curso se não fosse por isso”.

Entretanto, quando questionados sobre os auxílios serem suficientes, apenas três dos estudantes usuários da assistência estudantil consideram os auxílios suficientes para as suas necessidades. Os demais acreditam que os benefícios ofertados não são suficientes, principalmente com relação ao valor da bolsa oferecida pela universidade, que não tem o seu valor reajustado mesmo com o constante aumento dos preços de itens essenciais, diante da situação inflacionária vivenciada no Brasil, que teve um aumento de 1,20% no mês de setembro de 2021, o maior índice para o mês desde 1994, atingindo 10,78% em 12 meses (SILVEIRA; ALVARENGA, 2021).

Paula alega que precisa complementar a renda com trabalhos informais, por não conseguir se manter financeiramente apenas com a bolsa estudantil. Ane considera que a assistência estudantil deveria ser melhorada, fornecendo aos estudantes usuários da assistência estudantil um maior acompanhamento dos problemas dos estudantes, o que mostra a necessidade de que a universidade desenvolva ações voltadas para a permanência simbólica, se preocupando com aspectos psicológicos que podem influenciar na permanência dos estudantes,

indo além dos aspectos materiais, de forma a se chegar à permanência simbólica na universidade, o que será abordado na próxima categoria.

4.2.2 Permanência simbólica

A categoria de permanência simbólica está relacionada com aspectos não mensuráveis que influenciam na permanência dos estudantes no ensino superior, sendo definida por Santos (2009) como permanência simbólica. A permanência simbólica considera as diferenças de tratamento, o sentimento de pertencimento e a influência de fatores psicológicos na permanência dos estudantes (Santos, 2009).

Entre os estudantes que não são usuários da assistência estudantil, nenhum deles considera ter sentido algum tipo de discriminação com relação à sua condição financeira e social ao entrar na universidade. Em contrapartida, sete dos oito entrevistados usuários da assistência estudantil relatam ter sentido algum tipo de preconceito com relação à sua condição financeira e social, porém, sempre de forma velada ou indireta.

Atrelado a isso, os entrevistados responderam sobre se sentirem desvalorizados por colegas ou professores, em que seis dos oito que não são usuários da assistência estudantil disseram não terem sido desvalorizados por nenhum colega ou professor. Entre os não usuários da assistência estudantil, Márcio relatou sentir uma diferenciação e humilhação por parte dos professores, além de uma desvalorização de alguns colegas, para ele essa diferenciação e humilhação por parte dos professores foi sentida através de perguntas e formas de tratamento diferentes.

Já Ana relata que sentiu diferenciação por parte dos professores, que estes elegem aqueles que consideram mais inteligentes, que geralmente são aqueles que possuem maior poder econômico. Este tipo de diferenciação não está relacionado à inteligência, mas sim com o poder econômico dos estudantes considerados mais inteligentes por possuírem estoques de capital cultural maior, o que segundo Brandt (2014) se relaciona com a violência simbólica, através de uma dominação e exclusão social praticada pela classe dominante.

Entre os estudantes usuários da assistência estudantil, dois deles relatam nunca terem sofrido ou percebido nenhum tipo de diferenciação por parte de colegas ou professores. Já Ane e Gislaine dizem evitar mencionar que moram no alojamento universitário para os professores e colegas de turma, principalmente para que não fiquem tecendo comentários ou expressando opiniões. Sobre isso, Alvarenga (2020) traz que estudantes que residem na moradia estudantil

sofrem discriminação, principalmente pelo pré-julgamento de que a moradia estudantil é um lugar de bagunça, que se assemelha a um cortiço e que não tem privacidade.

Laura acredita que as diferenciações sentidas estão relacionadas a um conhecimento de ensino básico defasado, principalmente quando comparada aos colegas de turma, isso caracteriza uma violência simbólica, que segundo Nogueira e Nogueira (2002) é exercida pela escola como forma de reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

Entrando mais afundo nos aspectos simbólicos, os estudantes foram questionados sobre o sentimento de pertencimento à universidade. Entre os entrevistados que não são usuários da assistência estudantil, seis deles consideram se sentir parte da universidade e terem sido acolhidos ao entrarem no curso. Para Márcio o sentimento de pertencimento e acolhimento só foi possível a partir do momento em que saiu do trabalho e passou a se dedicar apenas ao curso, podendo assim participar de atividades extracurriculares.

Édis também relata que participar de atividades extracurriculares do curso o ajudaram a se sentir parte da universidade, sendo importante ressaltar que essas atividades acontecem no período diurno, ou seja, só são possíveis para estudantes que não precisam trabalhar ou realizar atividades para complementar a renda. Assim, a partir das entrevistas é possível perceber que os estudantes que têm o sentimento de pertencimento são aqueles que podem realizar atividades durante o dia na universidade.

Para os estudantes usuários da assistência estudantil o sentimento de pertencimento é algo se mostra mais prejudicado de ser alcançado, sendo que estes relatam que começaram a se sentir parte da universidade quando encontraram pessoas com as quais se identificam. Ou seja, para que haja o sentimento de pertencimento é necessário que se tenha uma identificação pessoal do indivíduo com determinado grupo, sendo essa identificação relacionada aos aspectos de sua identidade social (VOGT e LOURENÇO, 2016). Para Paula é difícil se sentir pertencente à universidade, principalmente por morar no alojamento estudantil e não conseguir ter a sensação de que aquele lugar é seu lar.

Marcelo não se considera parte da universidade e acredita que o fato de trabalhar e estudar influencia, por não ter tempo para participar de atividades extracurriculares ou fora dos horários das aulas. Neste sentido, Paula e Vargas (2013) afirmam que “o estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante”, ou seja, os estudos são feitos de forma parcial, visto que os estudantes trabalhadores conciliam o tempo que teriam para se dedicar a vida acadêmica com o trabalho (TORRES et al, 2019).

Ane, Gislaine, Antônio e Luana consideram que passaram a se sentir parte da universidade a partir do momento em que encontraram pessoas com quem tinham algo em

comum, ou seja, trata-se de um processo de identificação em que a identidade dos indivíduos os leva a se identificarem, sendo esta identificação relacionada aos aspectos da sua identidade social, o que contribui com o processo de se sentir pertencente a determinado grupo (VOGT e LOURENÇO, 2016).

Ao que tange às dificuldades encontradas para permanecer na universidade relacionadas aos aspectos simbólicos, dentre os estudantes que não são usuários da assistência estudantil, Marcio alega ter tido dificuldades com os professores, por serem muito inflexíveis, podendo caracterizar uma autoridade pedagógica, em que professores através de sua autoridade frente aos alunos legitimam a violência simbólica e acabam disseminando a reprodução cultural e social da classe dominante (OLIVEIRA; SANTANA; OLIVEIRA, 2015).

Para Francisco e Arnoldo a maior dificuldade enfrentada para permanecer no curso foi a falta de assistência e a pouca flexibilidade dos professores, principalmente para Arnoldo, por ter que conciliar o trabalho com os estudos. Para Mariana a maior dificuldade enfrentada foram problemas de ordem psicológica, que a levaram a não frequentar as aulas por um tempo. Os demais entrevistados não relataram terem passado por problemas para permanecer, apenas com o ensino remoto instituído pela universidade devido à pandemia de Covid-19, o que causou dificuldades de aprendizagem, falta de motivação para continuar no curso e dificuldades de comunicação com os professores.

Entre os estudantes usuários da assistência estudantil, Gislaíne e Laura relatam que suas maiores dificuldades para permanecer no curso são de ordem psicológica. Além disso, Laura considera que o fato de não se sentir parte da universidade dificultou um pouco a sua permanência, por isso, é importante que a universidade se preocupe em ter uma assistência estudantil que garanta aos estudantes uma permanência ampliada.

Já Antônio e Luana consideram que a maior dificuldade enfrentada para permanecer no curso está relacionada à dificuldade de aprendizagem, que vem acompanhada da falta de apoio dos professores, o que pode caracterizar uma autoridade pedagógica, que muitas vezes é praticada pela classe dominante sem que os dominados percebam essa autoridade.

Com isso, a partir das entrevistas é possível perceber que as dificuldades relacionadas à permanência são em sua maioria relacionadas ao apoio dos professores e ao estudo remoto, quando se refere aos estudantes que não são usuários da assistência estudantil. Já para os estudantes usuários da assistência estudantil essas dificuldades estão mais relacionadas ao sentimento de pertencimento e questões psicológicas. No próximo tópico trataremos sobre como a reprodução do sistema de ensino está relacionada com as motivações para escolhas do curso e com as percepções acerca do futuro dos estudantes entrevistados.

4.2.3 Reprodução do sistema de ensino

A última categoria a ser analisada refere-se aos motivos que levaram os estudantes a escolherem o curso de Direito e como essa escolha reflete as suas origens familiares ou socioeconômicas, além de buscar entender quais as percepções deles acerca do mercado de trabalho e da importância de ser concluir o curso.

A partir das respostas dos entrevistados foi possível perceber que os estudantes não usuários da assistência estudantil escolheram o curso principalmente por influência da família, por ampla área de atuação e status, enquanto os usuários da assistência estudantil escolheram o curso por se preocuparem em ajudar as pessoas, com uma transformação social através da profissão e pelo senso de justiça. De acordo com Nogueira e Nogueira (2009) o capital cultural está ligado estaria diretamente ligado à escolha do destino escolar dos indivíduos, mas, tem-se também componentes externos que influenciam nesta escolha, como o capital econômico e social.

Entre os estudantes não usuários da assistência estudantil, com relação às expectativas para o mercado de trabalho, Jairo e Mariana pretendem estudar para concurso público e advogar durante o período de estudo. Francisco, Arnoldo e Édis pretendem advogar em escritórios e Jéssica quer advogar no escritório onde já fez estágio. Ana não tem muitas perspectivas, principalmente por não conhecer pessoas que possam indicá-la. Márcio não pretende atuar na área, visto que só vai concluir o curso devido a influência e obrigatoriedade da família para que fizesse o curso de Direito.

Para os estudantes usuários da assistência estudantil as perspectivas para o mercado de trabalho são um pouco diferentes, Gislaine e Luana querem advogar por considerarem a opção que tem um retorno financeiro mais imediato. Antônio quer estudar para concursos públicos. Paula, Ane, Marcelo e Laura consideram as perspectivas preocupantes, e alegam terem medo de não conseguirem se inserir no mercado de trabalho após a formatura, principalmente por não conhecerem pessoas que possam ajudá-los nesta inserção.

Para Oliveira e Piccinini (2011), o mercado de trabalho é um espaço de luta entre os indivíduos, onde as regras sociais são incorporadas historicamente de acordo com o campo de cada indivíduo. Por isso, o mercado de trabalho só é compreendido quando se entende o histórico das estruturas que permeiam as relações no campo de cada indivíduo de acordo com a sua posição social (OLIVEIRA E PICCININI, 2011).

Para os estudantes que não são usuários da assistência estudantil a conclusão do curso significa a realização de um sonho, tanto para eles, quanto para suas famílias. Márcio acredita que será apenas um diploma, mas que para a família é muito importante, principalmente pelo status. Ana e Édis vão ser os primeiros a se formar na família, o que consideram muito importante. Já para os estudantes usuários da assistência estudantil a conclusão do curso significa uma grande conquista, além da realização de um sonho e uma forma de ter melhores oportunidades. Ane considera que será muito importante para que possa lutar pela transformação social e por ser a primeira da família da mãe a se formar, Andressa e Luana vão ser as primeiras a se formarem na família também, e acreditam que as famílias têm muita expectativa sobre isso.

Para Bourdieu e Passeron (2009) a educação escolar, o capital cultural e o capital econômico estão relacionados com a reprodução dos sistemas sociais, em que os mais dotados de capital cultural e social são privilegiados. Ou seja, por isso os estudantes que não são usuários da assistência estudantil acreditam que o curso de Direito não seja tão elitista e que isso não os impactou na universidade, enquanto os estudantes usuários da assistência estudantil consideram o curso muito elitista e acreditam que isso impacta diretamente na criação de laços e no sentimento de pertencimento.

A escolha do curso foi diretamente influenciada pelo estoque de capital cultural de cada grupo, visto que de acordo com Bourdieu e Passeron (2009) este capital cultural é transmitido pelas famílias para os filhos, tendo, portanto, valores interiorizados que influenciam nas atitudes e escolhas dos indivíduos. Por isso, a motivação para a escolha do curso dos estudantes que não são usuários da assistência estudantil é diferente das motivações dos estudantes usuários da assistência estudantil.

Sobre considerar o curso elitista e os impactos que isso tem na sua vida, Paula disse que:

[...] só observar, por exemplo, quantos colegas de curso eu tenho na moradia estudantil, que são bem poucos com relação aos outros cursos. É um curso que as pessoas veem mais de escolas particulares e passam por experiências que nunca vou passar, como intercâmbios, viagens e coisas que melhorem a formação. É bastante elitista sim. Afetou apenas na criação de laços, por perceber uma diferença no tratamento mesmo.

A escolha do curso e a percepção de que o curso é elitista por cada grupo de entrevistados está relacionada com os estoques de capital cultural, econômico e social dos entrevistados, ou seja, diretamente relacionado à reprodução social que Bourdieu (1998) relacionava à escola, considerando-a como um instrumento ideológico de reprodução das desigualdades.

A partir da análise desta categoria é possível perceber que as motivações e percepções dos dois grupos de estudantes são diferentes, sendo que os estudantes que não utilizam a assistência estudantil fizeram a escolha pelo curso por influência, afinidade ou status, enquanto os estudantes usuários da assistência estudantil escolherem pela possibilidade de ajudar pessoas e de serem parte de uma transformação social. Com relação a isso, Bourdieu (2001) afirma que o *habitus* pode ser um fator determinante na escolha do curso e na percepção acerca do futuro, visto que o meio social em que os indivíduos fazem parte influencia nas suas práticas e percepções.

Relacionado a isso, temos que os estudantes usuários da assistência estudantil enxergam a permanência como algo complexo de ser alcançado, principalmente por se manterem na universidade através de recursos da assistência estudantil, enquanto os estudantes que não utilizam a assistência estudantil têm a visão de permanência mais voltada para os aspectos simbólicos.

Além disso, a visão de pertencimento dos dois grupos é bastante distinta, visto que os estudantes usuários da assistência estudantil não se sentem pertencentes à universidade, o que Santos (2009) relaciona com o fato de haver tratamentos diferentes, discriminações e estigmas por parte de colegas, sendo estes tratamentos diferentes e discriminações por serem cotistas, de classe sociais baixas e por não terem estoques de capital cultural como os demais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base que o objetivo desta pesquisa foi desvelar os desafios enfrentados pelos estudantes usuários da assistência estudantil do curso de Direito, pode-se perceber que os estudantes que não utilizam a assistência estudantil não possuem dificuldades relacionadas aos aspectos materiais, ou seja, não têm dificuldades quanto à permanência material. Em contrapartida, é possível observar que os estudantes usuários da assistência estudantil possuem maiores dificuldades quanto aos aspectos materiais, muitas vezes tendo a assistência estudantil como a única alternativa para permanecer na universidade. Para eles, as bolsas institucionais, o restaurante universitário, o transporte interno e a moradia estudantil são essenciais para que consigam continuar cursando o ensino superior.

Entretanto, é possível perceber através das entrevistas que apenas proporcionar aos estudantes uma assistência estudantil voltada para os aspectos relacionados à permanência material não é suficiente para que eles permaneçam na universidade. Isso torna-se perceptível a partir das dificuldades apontadas pelos estudantes utilizam a assistência estudantil, que estão relacionadas à falta de apoio e flexibilidade dos professores, ao fato de terem atividades no período diurno - mesmo o curso sendo noturno - e à aspectos psicológicos.

Em contrapartida, é possível perceber que para os estudantes usuários da assistência estudantil a permanência material é a primeira necessidade, sendo que sem acesso aos aspectos materiais estes estudantes não conseguiriam o básico para se manter no curso. Ou seja, para estes estudantes a assistência estudantil voltada para os aspectos materiais é de grande importância.

Para além dos aspectos materiais, faz-se necessário uma assistência estudantil que vise proporcionar aos estudantes a permanência não só material, mas também simbólica, como no caso dos estudantes usuários da assistência estudantil, que se sentem discriminados por colegas e professores e não se sentem parte da universidade, principalmente por causa de aspectos relacionados à classe social. Por isso, a assistência estudantil deve, portanto, ajudar o estudante com relação às necessidades relacionadas à permanência material a fim de que eles possam vivenciar e participar de outras atividades, promovendo assim a permanência simbólica para estes estudantes.

Com relação à reprodução do sistema de ensino é possível perceber que as escolhas e percepções dos estudantes são influenciadas diretamente pelo capital cultural, econômico e social, *habitus* e campo dos estudantes que influenciam nas suas percepções sociais e motivações.

É de grande importância, portanto, que a universidade busque ampliar a assistência estudantil, buscando criar ações/programas que contribuam para a permanência material e simbólica dos estudantes usuários da assistência estudantil.

Esta pesquisa traz contribuições importantes para a área de Administração Pública, visto que a partir dos resultados encontrados foi possível compreender a importância da assistência estudantil para a permanência de estudantes usuários da assistência estudantil no ensino superior e, a partir disto, lançar luz sob a importância de se garantir uma permanência simbólica, especialmente para tais estudantes. Por isso, como recomendação para trabalhos futuros, faz-se necessário compreender como é construído o sentimento de pertencimento dos estudantes, além dos impactos que as discriminações podem ter na permanência e como a assistência estudantil pode auxiliar nessa permanência a partir de um maior acolhimento dos estudantes usuários da assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. da S. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “A Reprodução”. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG**, Goiânia, p. 139-155, jan./jun, 2005.
- ALVARENGA, P. P. de. **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E AS (IM) POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS E DE CLASSE**. 2020. Dissertação (Pós-Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020.
- ARAÚJO, R. B. de. A utopia como representação social da realidade. **OPIS**, Catalão, v. 9, n. 12, jan/jun, 2009.
- ASSIS, A. C. L. *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, dez. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre: Persona, 1977. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2021.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Vozes, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes 2009. 266 p.
- BRANDT, J. **Violência simbólica**: uma reflexão acerca do habitus docente. 2014. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014.
- BRASIL, Casa Civil. **Medida Provisória nº213, de 10 de setembro de 2004**, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL, Casa Civil. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em 06 abr. 2021.

CHAVES, A. do S. F. **Desvelando a permanência das/dos estudantes cotistas e/ou bolsistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/campus Salvador**. 2018. 207 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação/Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

COSTA, J.F. da. **A Política de Assistência Estudantil para além do Auxílio Financeiro – Realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB**. 60p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2017.

GALVÃO, M.R. **Dificuldades de permanência percebidas pelos estudantes negros dos cursos de medicina, direito e engenharia de uma instituição federal de ensino superior do sul de minas gerais**. 92p. Monografia (Graduação) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, rev. 37, 2021.

GARRIDO, E. N. **Políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas: a permanência no ensino superior como meta**. In: SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. CARVALHO, A. (Orgs.) **Observatório da vida estudantil: avaliação e qualidade no ensino superior; formar como e para que mundo?** Salvador, Edufba, 2015. p. 249-264.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

LEWIS, D.K. **On the plurality of worlds**. Oxford: Blackwell, 1986. Disponível em: <[http://daalv.free.fr/Master-2011-2012/LMPHI%20155%20-%20Anglais%20philo/Lewis-David-\(1986\)-On-the-Plurality-of-Worlds.pdf](http://daalv.free.fr/Master-2011-2012/LMPHI%20155%20-%20Anglais%20philo/Lewis-David-(1986)-On-the-Plurality-of-Worlds.pdf)> Acesso em: 18 jan. 2021.

LIMA, L.C. de. **Quem pode ser negro/a doutor/a na universidade pública?** Judicialização das políticas afirmativas étnico-raciais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2019. 165 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Humanidades Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAYORGA, C.; SOUZA, L. M. de. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. **Revista psicologia política**, n. 24, v. 12, p. 263-281. mai/ago, 2012.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, jul/dez, 1996.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

OLIVEIRA, N. G; SANTANA, M. S; OLIVEIRA, E. L. G. **POR UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO: CONTRIBUTO DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU**. V Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. Bahia. Dez. 2015.

OLIVEIRA, S. R; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 1517-1538, out. 2011.

REIS, D. B.; TENÓRIO, R. M. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior: um debate em curso. **Cadernos ANPAE**, Salvador, 2009.

SANTOS, C. F. dos. Uma abordagem sobre pesquisa qualitativa. **Factus**, Uberaba, v. 1, n. 2, p. 116-125, 2017.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 215 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, mai/jun/ago, 2002.

SILVA, F. A. **PARA ALÉM DO ACESSO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UnB - REALIDADE E PERSPECTIVAS**. 2020. 102 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, A.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVEIRA, D; ALVARENGA, D. IPCA: inflação oficial fica em 1,16% em setembro e atinge 10,25% em 12 meses. G1. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/08/ipca-inflacao-oficial-fica-em-116percent-em-setembro.ghtml>>. Acesso em 25 out. 2021.

SOUZA, L. P. de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 2012.

SOUZA, R. B de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Revista Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, jan/jun, 2014.

SOUZA, L. P. de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *Revista Labor*, [S. I.], v. 1, n. 7, p. 20-34, dez. 2012.

STOER, S. R. A genética cultural da reprodução. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 26, p. 85-90, 2008.

TORRES, L. S.; SOUZA, A. H.; SOUZA, A. P. B.; ISTOIE, R. S. C. **Os Desafios da Permanência do Estudante-trabalhador e do Trabalhador-Estudante na Universidade Federal Fluminense**, Campos dos Goytacazes (RJ). In: Congresso Nacional de Educação, 6., 2019, Maceió. Anais... Maceió: VI Conedu, 2019. p. 1-12.

VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Sociologia e Educação**, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 107-124, mai. 2010.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. de. **A inclusão do estudante trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, São Paulo, v. 18, n. 2, jul. 2013.

VOGT, S; LOURENÇO, M. L. **A identidade social e o processo de identificação**. Caderno de Resumos - Comunicação Científica. EVINCI. Curitiba, v.1, n. 2, mai. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, mai/ago, 2006.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas

1. Por que você escolheu o curso de Direito?
2. Em qual período você está?
3. Você é um estudante em usuário da assistência estudantil?
4. Quanto a sua origem escolar, você estudou em escola pública? Acredita que isto causou algum tipo de discriminação quando chegou na universidade?
5. Você considera o curso elitista? Se sim, como isso impacta na sua vida?
6. Você precisa trabalhar para se manter na universidade? Por quê?
7. Quanto às condições materiais (alimentação, moradia, vestimenta, transporte etc.), você possui alguma dificuldade relacionada a isso? Se sim, quais?
8. A assistência estudantil oferecida pela universidade contribui para que você permaneça estudando?
9. Quais auxílios são importantes para essa permanência?
10. Você considera que estes auxílios são suficientes?
11. Quais as dificuldades você enfrenta para permanecer na universidade e conseguir concluir o curso?
12. A sua condição financeira e social já causou algum tipo de discriminação?
13. Você se sente parte da universidade?
14. Já se sentiu desvalorizado por colegas ou professores do curso?
15. Depois que se formar, quais suas perspectivas de entrada no mercado de trabalho?
16. Qual a importância da conclusão do curso de Direito para você? E para sua família?